

SÍNODO PARA A AMÉRICA

LEITURA CONTEXTUAL

Márcio Fabri dos Anjos CSsR

Um modo quase espontâneo de fazer a leitura crítica de um evento como o "Sínodo para a América" – realizado em Roma, de 16 de novembro a 12 de dezembro de 1997 – seria proceder diretamente à análise dos conteúdos de seus trabalhos. Este modo tem a vantagem de relacionar o Sínodo, de um modo mais imediato, com os fatos e com o momento eclesial em que vivemos, e levaria mais rapidamente a uma síntese temática de suas propostas. Mas sentimos, particularmente nesta questão do Sínodo, que uma apreciação crítica dos seus significados exigia situar o próprio evento dentro da dinâmica mais ampla que conduz a Igreja neste final de século. O que se pretende com os Sínodos que se realizam atualmente? E quais os objetivos deste "Sínodo para a América", para além da metodologia que imediatamente presidiu sua realização? A Assembléia do Sínodo realizada foi bem sucedida? Sob que aspecto?

Estas questões acenam para significados que compõem uma moldura geral dos Sínodos, moldura que também os condicionam na produção e aplicação de seus frutos. Pensamos, então, que seria útil começar analisando o contexto mais amplo dos Sínodos, no atual momento eclesial; e, dentro deste, apontar e recolher alguns resultados desta Assembléia sinodal, à luz desse contexto mais amplo. Diante de uma tarefa tão exigente, nossa modesta contribuição naturalmente se coloca no âmbito do debate teológico e não no de propostas

pastorais; devendo, portanto, se somar ou se contrapor a outras leituras do tema.¹

1. Para que os Sínodos na Igreja?

A história dos Sínodos, na tradição eclesial, como sabemos, é longa e mostra uma diversidade de modelos, que não é preciso retomar aqui. Mas é importante anotar alguns dados de sua história mais recente, que lhe conferiu a figura atual. De fato, o ambiente do Concílio Vaticano II (1962-1965) trouxe propostas que confluíam para maior participação, diálogo, colegialidade, vida em comunidade. Insistia-se, fortemente, de um modo ou de outro, na necessidade de se "caminhar juntos". Antes da própria realização do Concílio, foram sintomáticas neste sentido a criação da CNBB, em 1952, e do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), em 1955. Eram algumas aspirações e expressões "sinodais" que tomavam corpo.

Na fase preparatória do Concílio, foram ventiladas propostas de instâncias semelhantes em âmbito de Igreja universal. O Card. Sívio Oddi, em 5 de novembro de 1959, propunha a criação de um órgão de governo central da Igreja, por ele assim descrito: "De muitas partes do mundo chegam queixas de que a Igreja não tenha, além das Congregações, um órgão permanente de consulta. Por tanto, deveria se estabelecer uma espécie de 'Concílio em miniatura', formado por pessoas de toda a Igreja, podendo se reunir ao menos uma vez por ano, para tratar dos problemas mais importantes e sugerir novos possíveis direcionamentos na 'política' da Igreja. Tal órgão teria abrangência para toda a Igreja, do mesmo modo como as Conferências episcopais que reúnem toda ou parte da hierarquia de um ou vários países, e do mesmo modo que outros órgãos, como o CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), que estendem sua atividade em benefício de todo um Continente".²

Mais contundente foi o Card. Alfrink, então arcebispo de Utrecht na Holanda, que, em 22 de dezembro de 1959, propunha: "Em termos claros o Concílio proclame que o governo da Igreja universal é, por direito próprio, exercido pelo colégio dos bispos com o Papa enquanto cabeça. Daqui se deduz que, por um lado, o cuidado da Igreja universal é responsabilidade de cada bispo tomado singularmente; e também, por outro lado, que todos os bispos participam no governo da Igreja universal. Isto se pode fazer não somente convo-

¹ Cf. "El Sínodo para América", *Christus* 63 (1998 — n° 704) (número monográfico).

² Cit. pelo *Synodus Episcoporum* — Sala de Imprensa da Santa Sé, Boletim n° 2 (5.11.1997) p.2.

cando um Concílio Ecumênico, mas também criando novas instituições. Um conselho permanente de bispos especializados, eleitos (como representantes) de toda a Igreja, poderia se encarregar da função legislativa, em união com o Sumo Pontífice e os cardeais da Cúria Romana. As Congregações romanas manteriam então somente um poder consultivo e executivo".³

A idéia de "Sínodo" foi adiante, mas tomando uma figura eminentemente consultiva. Nos limites deste artigo, deixamos para uma leitura à parte, as diretrizes gerais do Concílio Vaticano II que propõem a prática dos Sínodos.⁴ Em 14 setembro de 1965, o Papa Paulo VI antecipou, em seu discurso de abertura da última sessão do Concílio, a instituição do "Sínodo dos Bispos", que seria promulgada no dia seguinte através do *motu proprio* "Apostolica Sollicitudo". As palavras do Papa sintetizam o perfil dos Sínodos: "... temos a alegria de preanunciar a instituição desejada por este Concílio, de um *Sínodo de Bispos* que, composto por bispos, nomeados em sua maioria pelas Conferências episcopais, com Nossa aprovação, será convocado, conforme as necessidades da Igreja, pelo Romano Pontífice, como consulta e colaboração, quando, para o bem geral da Igreja isto lhe parecer oportuno".⁵

O *motu proprio*⁶ de Paulo VI oficialmente define que "cabe ao Sínodo dos Bispos, por sua natureza, a incumbência de dar informações e conselhos. Poderá também gozar de poder deliberativo, quando isto lhe for conferido pelo Romano Pontífice; ao qual compete, porém, ratificar em tal caso as decisões do Sínodo". Em seguida, aparecem os objetivos gerais do Sínodo: "a) favorecer uma estreita união e colaboração entre o Sumo Pontífice e os Bispos de todo o mundo; b) procurar uma informação direta e exata sobre os problemas e as situações que dizem respeito à vida interna da Igreja e à ação que ela deve desenvolver no mundo atual; c) tornar mais fácil o consenso das opiniões ao menos sobre os pontos essenciais da doutrina e sobre o modo de proceder na vida da Igreja. Os objetivos especiais e imediatos são: a) intercambiar informações oportunas; b) expressar o próprio parecer sobre os assuntos para os quais o Sínodo é, a cada vez, convocado".

No conjunto de sua implementação, fica estabelecido um órgão normalmente consultivo, eventualmente deliberativo, chamado "Sínodo dos Bispos". Segundo Paulo VI, "não é um Concílio, não é

³ *Synodus Episcoporum* — Boletim n° 2, p. 2.

⁴ Cf. especialmente *Lumen Gentium* n° 5; *Christus Dominus* n° 36.

⁵ PAULO VI, "Discurso de abertura à 4ª Sessão do Concílio" (14/09/1965). In *Documenti. Il Concilio Vaticano II*. Brescia, Ed. Dehoniane, 1996, p. 1332.

⁶ *Apostolica Sollicitudo* n° II. In *Documenti. Il Concilio Vaticano II. Op. cit.*, p. 1071.

um Parlamento, mas um Sínodo de natureza especial".⁷ Trata-se de um órgão permanente que pode ser convocado em assembleias gerais, assembleias extraordinárias e assembleias especiais. Daí que, ao se falar um "Sínodo para a América", na verdade, se deve subentender uma "Assembleia especial do Sínodo dos Bispos para a América". Vale notar que as Assembleias do CELAM, sob as condições de convocação e aprovação do Papa, têm gozado de autonomia na elaboração de seus documentos conclusivos; e, embora em seu espírito sejam expressões sinodais, não se configuram oficialmente como "Sínodo". Veremos, mais adiante, que esta experiência será evocada como contraproposta no sentido de que as Assembleias do Sínodo tivessem mais autonomia.

2. Um programa de Assembleias Sinodais

Uma vez instituído, o "Sínodo dos Bispos" realizou muitas Assembleias. Nestes últimos anos, programaram-se algumas, entre as quais a sessão para a América, com um objetivo específico de preparar a entrada da Igreja em um Novo Milênio. Para uma visão de conjunto, oferecemos aqui uma relação dos temas assumidos, com suas datas, e as *Exortações Apostólicas* que resultaram de cada Assembleia.⁸

1. "A preservação e fortalecimento da fé católica, sua integridade, seu vigor, seu desenvolvimento, sua coerência doutrinal e histórica" (AGO — Assembleia Geral Ordinária, 29/9 a 29/10/1967)
2. "Cooperação entre a Santa Sé e as Conferências Episcopais" (AGE — Assembleia Geral Extraordinária, 11-18/19/1969)
3. "O sacerdócio ministerial e a justiça no mundo" (AGO, 30/09 a 6/11/1971).
4. "A Evangelização no mundo moderno" (AGO, 27/09 a 26/10/1974) — Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi* (18/12/1975).
5. "O Catecismo de nosso tempo" (AGO, 30/09 a 29/10/1977) — João Paulo II, *Catechesi Tradendae* (16/10/1979).
6. "A Situação pastoral nos Países Baixos" (Ass. Especial, 14-31/01/1980).
7. "A Família Cristã" (AGO, 26/09 a 25/10/1980) — João Paulo II, *Familiaris Consortio* (11/11/1981).

⁷ PAULO VI, na alocução do *Angelus*, de 22/09/1974, após a convocação para a primeira Assembleia do Sínodo. In *L'Osservatore Romano*, 23/09/1974.

⁸ Uma síntese dos conteúdos de cada Assembleia pode ser encontrada em *L'Osservatore Romano* (ed. italiana), 19/11/1997.

8. "A Penitência e o Perdão na Missão da Igreja" (AGO, 29/09 a 29/10/1983) — João Paulo II, *Reconciliatio et Poenitentiae* (2/12/1984).
9. "XXº Aniversário das Conclusões do Concílio Vaticano II" (AGE, 25/11 a 8/12/1985).
10. "A Vocação e a Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo" (AGO, 1 a 30/10/1987) — João Paulo II, *Christifideles Laici* (30/12/1988).
11. "A formação dos Sacerdotes nas atuais circunstâncias" (AGO, 30/09 a 28/10/1990) — João Paulo II, *Pastores Dabo Vobis* (25/03/1992).
12. "Somos testemunhas de Cristo que nos Libertou" (Ass. Especial para a Europa, 28/11 a 14/12/1991).
13. "A Igreja na África e sua missão evangelizadora frente ao ano 2000: *Sereis minhas testemunhas*. At 1,8" (Ass. Especial para a África, 10/04 a 8/05/1994) — João Paulo II, *Ecclesia in Africa* (14/09/1995).
14. "A vida consagrada e sua missão na Igreja e no Mundo" (AGO, 2 a 29/10/1994) — João Paulo II, *Vita consecrata* (25/03/1996).
15. "Cristo é nossa esperança, renovados em seu Espírito, solidários somos testemunhas de seu Amor" (Ass. Especial para o Líbano, 26/11 a 14/12/1995) — João Paulo II, *Uma esperança nova para o Líbano* (10/05/1997).
16. "Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América" (Ass. Especial para a América, 16/11 a 12/12/1997).
17. "Jesus Salvador e sua missão de amor e serviço na Ásia: *Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância*. Jo. 10,10" (Ass. Especial para a Ásia, maio de 1998).
18. "Jesus e os Povos da Oceania: seguindo seu caminho, proclamando sua verdade e vivendo sua vida" (Ass. Especial para a Oceania, previsto Novembro de 1998).
19. "Jesus vivo na sua Igreja, fonte de esperança para a Europa" (2ª Ass. Especial para a Europa, prevista para maio de 1999).
20. "O Bispo: servidor do Evangelho de Jesus para a esperança do mundo" (AGO, prevista para final de 1999; e agora, parece, deslocada para setembro-outubro do ano 2.000).

Este elenco de vinte assembléias, a se completar em trinta anos, não deixa de impressionar pelo volume de temas e de problemas que se colocam. Pode-se notar que a segunda Assembléia Especial (1969) já tratou de questões relacionadas com a colegialidade e a contribuição dos episcopados e de cada bispo com o papa. Mas as preocupações se concretizaram mais em torno da realização dos Sínodos: que fosse realizado a cada dois (depois a cada três) anos; que a Secretaria Geral desenvolvesse o trabalho organizacional e funcional entre os

intervalos das sessões; que os bispos pudessem dar sugestões para futuras assembleias.⁹

Uma análise sobre as conjunturas e tendências subjacentes à escolha de cada tema, seria também algo interessante a ser estudado. Aqui nos atemos, apenas, a algumas principais conjunturas e tendências que cercam o "Sínodo para a América". Este se coloca entre as Assembleias "continentais",¹⁰ incluindo uma segunda Assembleia para a Europa. A Assembleia sobre o "Bispo: servidor do Evangelho" não faz parte do conjunto.

3. Preocupações e objetivos do Sínodo

Visto a partir dos desafios sentidos pela própria Igreja, o "Sínodo para a América" se insere em um grande contexto de preocupações de como enfrentar a "cultura moderna adveniente" e os novos tempos, formulados em termos de "Novo Milênio". Tomemos, como recurso operacional, a divisão destas preocupações em três grupos interrelacionados: aquelas que dizem respeito à **organização interna da Igreja**, em todas as dimensões, como os referenciais da fé, sua formulação e sistematização, ministérios e procedimentos; as que dizem respeito à **coerência evangélica na relação com outras Igrejas**, trazendo as questões do ecumenismo e do diálogo interreligioso, para "abater muros de divisão e desconfiança, superar obstáculos e preconceitos que impedem o anúncio do Evangelho da Salvação";¹¹ as que desafiam a **fidelidade evangélica da Igreja em sua atuação no mundo**, dada sua "consciente decisão de defender bens tão fundamentais como os da paz e da justiça, perante a contraposição de tendências no mundo contemporâneo".¹² No enfrentamento de cada um destes blocos entram naturalmente as exigências específicas de cunho analítico-científico e/ou especificamente espiritual.

Estes três aspectos podem ser uma chave interessante para a leitura do "Sínodo para a América". Na primeira fase preparatória, certamente ficou mais na penumbra o desafio do ecumenismo e do diálogo interreligioso; mas ele reaparece com força em seguida. Por outro lado, desde a proposta inicial do Sínodo, certamente apareceu

⁹ *Synodus Episcoporum*, Sala de Imprensa da Santa Sé, Boletim n.2 (17/11/1997), pp. 5-6.

¹⁰ Termo usado por JOÃO PAULO II, na encíclica *Tertio Millenio Adveniente (TMA)* n° 38, de 10/11/1994 (cf. AAS 87(1995)).

¹¹ JOÃO PAULO II, Encíclica *Ut unum sint* n° 2 (25/5/1995); cf. tb. *Tertio Millenio Adveniente (TMA)* n° 34 — o reconhecimento dos pecados contra a "unidade dos cristãos".

¹² JOÃO PAULO II, *Tertio Millenio adveniente* n° 22; cf. tb. nn. 35-36.

mais explícito o desafio à fidelidade e ao testemunho cristãos no mundo, dentro do contexto americano, trazendo os graves problemas de injustiças e de desigualdades sociais que enfrentamos. Isto está bem claro no primeiro anúncio do Papa sobre o (então possível) Sínodo: "Nesta mesma linha de solicitude pastoral pela situação das categorias sociais mais carentes, esta Conferência Geral (do CELAM, reunida em Santo Domingo) poderia considerar a oportunidade de que, num futuro não remoto, possa realizar-se um Encontro de representantes dos Episcopados de todo o Continente americano — que poderia ter também caráter sinodal¹³ —, visando incrementar a cooperação entre as diversas Igrejas particulares nos distintos campos da ação pastoral, e no qual, no âmbito da nova evangelização e como expressão da comunhão episcopal, se enfrentem também os problemas relativos à justiça e à solidariedade entre todas as nações da América".¹⁴ E, uma vez consolidado o projeto do "Sínodo para as Américas", o Papa irá salientar os dois tipos de desafios a serem enfrentados: "as problemáticas da nova evangelização em duas partes do mesmo Continente tão diversas entre si pela origem e pela história"; e "as temáticas da justiça e das relações econômicas internacionais, tendo em conta a enorme disparidade entre o Norte e o Sul".¹⁵

As finalidades do Sínodo foram então assim formuladas: "— promover uma **nova evangelização** em todo o Continente como expressão de **comunhão** episcopal; — incrementar a **solidariedade** entre as diversas Igrejas particulares nos distintos campos da **ação pastoral**; — esclarecer os problemas da **justiça e das relações econômicas internacionais** entre as nações da América, considerando as enormes desigualdades entre o Norte, o Centro e o Sul".¹⁶ É verdade que os *Lineamenta*, ao dar os primeiros passos de preparação do Sínodo, já substituem o termo, usado pelo Papa, "enfrentar" por "esclarecer". Mas, mesmo assim, os desafios das desigualdades sociais continuam bem explícitos.

Em grandes linhas, as preocupações em torno da organização da Igreja, em vista da *nova evangelização*, tomam corpo como busca de

¹³ Conforme D. Cipriano Calderón, da CAL (Pontificia Comissão para a América Latina), ao se pronunciar sobre o assunto, responderam 16 Conferências Episcopais da América Latina, sendo que seis pediram explicitamente que a reunião fosse um Sínodo, e apenas o Episcopado Brasileiro mostrou desejo de que não tivesse caráter sinodal (cf. CALDERÓN, C., "Ante el Sínodo de América", in *Anuário de Historia de la Iglesia* 5 (1996) 430 [Navarra]).

¹⁴ JOÃO PAULO II, *Discurso Inaugural*, IV Conf. Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo, 12/10/1992. In *L'Osservatore Romano* (edição portuguesa), 18/10/1992, p.12.

¹⁵ JOÃO PAULO II, *TMA*, n° 38.

¹⁶ Sínodo dos Bispos — Assembléia Especial para a América, *Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América* — *Lineamenta*, n° 2. São Paulo, Paulinas, 1996.

"comunhão episcopal" e de solidariedade entre as Igrejas particulares; e, enquanto desafio ao testemunho da Igreja na Sociedade, evidenciam-se as profundas desigualdades sociais experimentadas no Continente americano. Não aparecem aqui as preocupações ligadas ao desafio ecumênico. Entretanto, elas são explícitas já a partir dos *Lineamenta*.

4. Expectativas e imaginário, antes do Sínodo

Tendo presente o quadro acima, gostaríamos agora de pensar o contexto do Sínodo em termos de expectativas que se poderiam, ao menos teoricamente, alimentar, antes de sua realização. Indiretamente estaríamos, com isto, levantando também alguns critérios, através dos quais se pudesse avaliar o próprio desempenho do Sínodo.

De um lado, estavam bem plantadas as preocupações de fortalecer a **colegialidade** (sob os termos de *comunhão episcopal*), a **solidariedade entre as Igrejas locais**, e testemunho da Igreja diante das **injustiças** entre as nações e as **desigualdades** entre Norte-Centro-Sul do Continente. De outro, restava perguntar que encaminhamento poderia se esperar dos trabalhos sobre estas preocupações.

É sabido, em primeiro lugar, que a iniludível preocupação sobre seus dinamismos institucionais, nestes novos tempos, tem levado oficialmente a Igreja a opções por uma organização mais centralizada em suas instâncias de decisão, buscando ser mais disciplinada e com margem menor para as diferenças.¹⁷ Este fator parece ser de fundamental importância para se compreender o Sínodo. Terá influenciado substancialmente na sua preparação e os próprios trabalhos da Assembléia, como veremos adiante. Deve-se acrescentar a este ponto a experiência um tanto traumática da Assembléia do CELAM, em Santo Domingo (1992), onde a autonomia da Assembléia, em toda a sua realização, passou por grandes tensões diante da Cúria Romana. A abertura dos trabalhos sinodais irá encontrar muitos bispos mais uma vez apreensivos neste sentido.

Entretanto, pode-se dizer que, em diferentes momentos e expressões, o Papa João Paulo II alimenta outra linha de expectativas. É interessante recordar, neste sentido, como, na Encíclica *Ut Unum sint*, o Papa reconhece sua fragilidade e coloca na "própria debilidade humana de Pedro" o lugar a partir de onde procura cumprir "este especial ministério na Igreja" (nº 4; cfr. nº 92). Enaltece o diálogo

¹⁷ Cf. a obra pioneira de LIBÂNIO, J. B., *A volta à grande disciplina*. São Paulo, Loyola, 1983.

como um "instrumento natural para confrontar os diversos pontos de vista e, sobretudo, examinar aquelas divergências que são obstáculo à plena comunhão dos cristãos entre si" (nº 36). Propõe o diálogo como um *intercâmbio de dons* e realça que "o diálogo entre as comunidades empenha, de modo particular, a subjetividade de cada uma delas" (nº 28). Corajosamente reconhece que o primado do Papa "constitui uma dificuldade para a maior parte dos outros cristãos, cuja memória está marcada por certas recordações dolorosas" e pede perdão, na medida em que "sejamos responsáveis disso" (nº 88). O Papa saúda como "significativo e encorajador que a questão do primado do Bispo de Roma se tenha tornado atualmente objeto de estudo, imediato ou em perspectiva" (nº 89). Não esconde as dimensões de autoridade e poder de sua missão,¹⁸ mas, ao mesmo tempo, realça seu dever de realizá-la em comunhão com "seus irmãos no ministério" (nº 95). Define seu ministério na Igreja como uma "tarefa imensa, que não podemos recusar, mas que, sozinho, não posso levar a bom termo. A comunhão real, embora imperfeita, que existe entre todos nós, não poderia induzir os responsáveis eclesiais e os teólogos a instaurarem comigo, sobre este tema, um diálogo fraterno, paciente, no qual nos pudéssemos ouvir, pondo de lado estereis polêmicas (...)" (nº 96).

Estas posições, embora colocadas em um contexto de diálogo ecumênico, não deixam de assinalar para atitudes e áreas a serem assumidas no interior da própria Igreja Católica. É significativo que D. John R. Quinn, Arcebispo resignatário de San Francisco (Califórnia — EE.UU.) tenha se sentido estimulado por estas colocações da Encíclica a explicitar comentários e propostas sobre a forma de governo na Igreja e o exercício do primado.¹⁹ Os próprios teólogos, às vezes olhados com suspeita, teriam motivos de confiança ao ver o Papa rezando para que o Espírito Santo "ilumine todos os pastores e teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros" (nº 95).²⁰

Como sabemos, o Concílio Vaticano II restabeleceu as bases da colegialidade episcopal,²¹ ressaltou a incumbência de solicitude de

¹⁸ "Com poder e autoridade sem os quais tal função seria ilusória, o Bispo de Roma deve assegurar a comunhão de todas as Igrejas". Cabe-lhe exercer a "vigilância sobre a transmissão da Palavra, a celebração sacramental e litúrgica, a missão, a disciplina, e a vida cristã" (*Ut Unum Sint*, nº 94).

¹⁹ Cf. Mons. QUINN, J. R., "Per una Riforma del Papato", *Il REGNO* 41 (1996 — nº 778) pp. 513-521; em espanhol: "El Ejercicio del Primado. Enfrentando el costo de la unidad de los cristianos", *Christus* 62 (1997 — nº 699) 20-33.

²⁰ O Papa cita sua homilia pronunciada na Basílica Vaticana, na presença de Dimítrios I, Arcebispo de Constantinopla e Patriarca Ecumênico, em 6/12/1987 (cf. AAS 80 (1988) 714).

²¹ *Lumen Gentium*, nº 22-23.

cada Bispo pela Igreja universal, insistindo na união dos Bispos entre si e com o Papa; e considerou o Sínodo dos Bispos uma expressão desta solicitude e busca da união.²² Falando mais diretamente sobre o Sínodo, o Papa João Paulo II alimenta grandes expectativas de que sejam espaços de participação e a estende também para o laicato: "Os Sínodos (...) nascem da visão do Concílio Vaticano II sobre a Igreja; abrem um amplo espaço à participação dos leigos, de quem definem a específica responsabilidade na Igreja; são expressão da força que Cristo deu a todo o Povo de Deus, fazendo-o participante da sua própria missão messiânica".²³ Neste sentido, coloca a realização de "Sínodos de caráter continental" como uma grande expressão da preparação da Igreja para entrar com novo ardor de evangelização no próximo milênio (TMA n° 38).

Tudo isto levaria a uma justa expectativa de que o Sínodo se realize em um amplo diálogo de análises e propostas, com intensa participação não apenas dos pastores, mas também dos teólogos/as e dos leigos/as, em suas diferentes experiências de vida científica, espiritual e pastoral.

5. A preparação do Sínodo: um mutirão participativo?

Na sua preparação próxima, o Sínodo começa a mostrar as dimensões e alcance que poderia ter. Esta começa oficialmente com o lançamento dos *Lineamenta*. Este texto é acompanhado de um questionário, dividido em 16 blocos de questões, a ser respondido amplamente por "toda a Igreja na América". O texto está, de certa forma, esvaziado de importância na sua própria apresentação, onde se diz que são as perguntas do questionário, e não o texto dos *Lineamenta*, que devem ser a base das respostas. "As respostas das comunidades eclesiais e dos grupos diocesanos e arquidiocesanos devem ser enviados ao bispo local, que fará uso de tal informação na preparação de sua própria resposta. Esta, em seguida, será enviada à Conferência Episcopal da qual o Bispo é membro".²⁴ As Conferências Episcopais são incumbidas de enviar sua síntese para a Secretaria Geral do Sínodo.²⁵

Não fica realmente claro qual seria a finalidade dos *Lineamenta*. Parece, para alguns, como se fosse um "balão de ensaio", sem necessidade de consideração; mas, para outros, seria um texto que já esta-

²² *Christus Dominus*, n° 5-6.

²³ JOÃO PAULO II, TMA, n° 21.

²⁴ *Lineamenta*, Apresentação (do Card. J. P. SCHOTTE, Secretário Geral do Sínodo)

²⁵ Os *Lineamenta* foram publicados no Brasil no segundo semestre de 1996; e a data-limite para o envio das respostas foi 1° de abril de 1997.

ria insinuando algumas idéias-chaves para a Assembléia. Por isto, não passou sem uma leitura crítica contundente.²⁶ Esta serviu para se indicar temas e enfoques relevantes para os procedimentos e trabalhos do Sínodo. E se prestou, ao mesmo tempo, para alertar sobre caminhos indesejáveis que o Sínodo poderia estar tomando. Entre estes estaria já o cuidado em evitar qualquer referência ao encontro como exercício de **colegialidade** episcopal, sendo deixadas de lado as expressões já existentes neste sentido (especialmente Conferências Episcopais e CELAM), inclusive seus muitos estudos sobre problemas sociais e eclesiais específicos no Continente; construindo-se um texto em que dois terços das citações são citações dos últimos papas e seus organismos curiais; ignorando-se a história das relações no Continente, como também as atuações dos Episcopados nas diversas áreas da vida social; estariam sendo obliterados pontos importantes da vida das Igrejas, como a grande intuição do Vaticano II sobre os *sinais dos tempos* como lugar teológico das interpelações e propostas atuais de Deus; implicando conseqüentemente em uma **metodologia** que dá pouca importância ao diálogo com as ciências, com os avanços da técnica e o exercício da vida social em suas variadas formas; e se tornando, por isto mesmo, carente de uma densidade maior de análise da realidade; a atual **ordem econômica** não estava posta em conexão com as enormes desigualdades e com a exclusão social; contorna-se o esforço de **inculturação** do Evangelho propondo-se uma *aculturação*; o **crisocentrismo** do texto obscurece a dimensão trinitária da fé cristã e a importância da figura do Espírito Santo neste fim de milênio; fica bastante esquecida a **vitalidade cristã** em suas organizações e seus ministérios, perpassando as comunidades eclesiais, a vida religiosa (nenhuma menção à CLAR), a contribuição dos teólogos/as e, especificamente, da Teologia da Libertação, a leitura popular da Bíblia; e entrando pela **santidade martirial**, particularmente nestas últimas décadas.

A preparação mais imediata ao Sínodo contou com o *Instrumento de Trabalho*²⁷ elaborado, com a ajuda de peritos,²⁸ pelo Conselho pré-

²⁶ Utilizamos aqui a análise, a nosso ver, mais completa feita por BEOZZO, J. O., "Sínodo dos Bispos: Assembléia especial para a América. Comentário aos Lineamenta", *REB* 57 (1997) 82-102. Cf. também RICHARD, P., "Pensando la Iglesia del futuro. Comentario de los Lineamenta", *Christus* 62 (1997 — n° 702) 38-42; DAMMERT B., J., "A proposito del Sínodo de los Obispos para América (Comentarios a los 'Lineamenta')", *Christus* 62 (1997 — n° 699) 8-11.

²⁷ Sínodo dos Bispos — Assembléia especial para a América, *Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América. Instrumentum Laboris*. Cidade do Vaticano, 1997.

²⁸ Colaboraram Pe. Félix Pastor, jesuíta espanhol, professor de teologia sistemática, residente no Colégio Pio Brasileiro; Pe. Javier García González, jesuíta mexicano, professor de cristologia; o Pe. William Henn, O.F.M. Cap., estadunidense, professor de eclesiologia. Todos professores da Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma.

sinodal e Secretaria do Sínodo. A melhoria do texto, em comparação aos *Lineamenta*, foi substancial e reconhecida. Mas o tempo entre o lançamento deste segundo documento e a abertura do Sínodo talvez tenha sido curto para haver uma maior circulação de análises, reações e contrapropostas. Ou terá sido novamente questão de motivação? De qualquer forma, as contribuições já se centraram mais em tópicos específicos a serem aproveitados nos trabalhos do Sínodo.²⁹

O documento saudou com otimismo o fato de 23 das 24 Conferências Episcopais (96%) terem respondido ao questionário. Entretanto, este "percentual mais elevado de respostas, jamais alcançado nas assembléias sinodais celebradas até o presente"³⁰ oculta uma limitada participação nas bases. No caso do Brasil, ao que se sabe, das 256 circunscrições eclesiais das quais se esperava a resposta ao questionário, apenas 21 responderam (8,2%). Denota a precariedade de interesse e participação. A Secretaria da CNBB, por seus peritos, apresentou, além do trabalho de organização das respostas recebidas, também uma considerável elaboração intitulada "Esboço de uma proposta para o *Instrumento de Trabalho*". Na verdade, foi um fruto precioso e de grande qualidade, que ajudou inclusive a outros episcopados; mas não se pode dizer que fosse resultante de grande participação ou também aproveitado em larga escala. Ao começar os trabalhos em Roma, se dizia que apenas os Episcopados do Canadá e da Guatemala se mostravam mais amplamente preparados.

6. Participantes e clima para a Assembléia

A Assembléia sinodal contou com um total de 297 participantes, dos quais 233 padres sinodais, e 59 entre auditores, peritos, e 5 delegados fraternos. Os participantes não-sinodais, de modo geral, tinham direito a voz, mas não a voto. Dos participantes, 142 eram eleitos: 136 bispos eleitos por suas Conferências episcopais, (dentre os quais 111 da América Latina e Caribe, incluindo naturalmente o

²⁹ Talvez a contribuição mais densa tenha sido o livro preparado pela "Fundação Ameríndia", com a participação de 21 analistas e teólogos/as (cf. VV. AA., *Globalizar la esperanza*. Cochabamba (Bolívia), CEPROMI, 1997, 328 pp. Esta obra será publicada no Brasil pelas Edições Paulinas, possivelmente no mês de agosto deste ano. Cf. ainda, MIRANDA, M. de F., "El Sínodo de América: una oportunidad histórica para las Iglesias del Continente"; e MIFSUD, T., "Realidad Social y Situación Eclesial (1995-1997): una perspectiva del Episcopado Latinoamericano" (textos apresentados como conferência no CELAM).

³⁰ *Instrumentum Laboris*, Apresentação. Mais tarde, o Boletim de imprensa do Sínodo dirá que houve 100% de respostas (cfr. *Synodus Episcoporum* — Boletim 04 (17/11/1997) p. 13).

Brasil,³¹ 10 do Canadá e 15 dos Estados Unidos); e 6 superiores gerais. Os demais 155 participantes integravam a Assembléia pela função que exerciam (*ex officio*) ou por nomeação pontifícia.³²

Na composição deste quadro de participantes pode-se observar³³ algumas assimetrias a começar pela desproporção entre membros eleitos e os nomeados ou participantes *ex officio*. Mas nota-se também que entre os *auditores* há menor participação de leigos/as (34,5%) com relação a clérigos e religiosos/as (65,5%); menos auditoras (31%) do que auditores (69%). E se observa que nenhuma mulher teve poder de voto. Houve desproporção também na nomeação de *auditores*: Paraguai, Cuba e México contavam com 2 cada um; Colômbia 3, Canadá 4, Estados Unidos 12 (mais uma delegada de Porto Rico); o Brasil teve apenas uma auditora. Notem-se as ausências de representantes cristãos dentre povos indígenas, dentre afroamericanos, dentre expressões significativas da vida das comunidades. Com certo desagrado, se apontou a não aceitação de D. John R. Quinn, eleito pela Conferência Episcopal dos Estados Unidos, dada sua contribuição sobre a revisão do "serviço petrino".

Além disto, se compararmos o número de sinodais por países, notam-se alguns desníveis de representatividade. Países pequenos

³¹ Os eleitos pelas Conferências da América Latina e do Caribe eram (em ordem alfabética): Antilhas (5); Argentina (9); Bolívia (5); Brasil (15); Chile (6); Colômbia (9); Costa Rica (2); Cuba (3); Equador (6); El Salvador (2); Guatemala (4); Haiti (3); Honduras (2); México (10); Nicarágua (2); Panamá (3); Paraguai (3); Peru (8); Porto Rico (2); República Dominicana (3); Uruguai (3); Venezuela (6), somando 111 bispos. Os 15 bispos eleitos pelo Brasil eram: (da presidência e da CEP da CNBB:) D. Jayme Chemello, vice-presidente e bispo de Pelotas (RS); D. Raymundo Damasceno Assis, secretário geral e bispo auxiliar de Brasília; D. Angélico Sândalo Bernardino, CNBB/Setor Vocações e Ministérios e bispos auxiliar de São Paulo; D. Marcelo Pinto Carvalheira, CNBB/Setor Leigos e CEBs e arcebispo da Paraíba; D. Frei Cláudio Hummes OFM, CNBB/Setor Família e Cultura e arcebispo de Fortaleza; D. Erwin Kräutler, CNBB/Dimensão Missionária e prelado do Xingu; D. Vital Wilderink, CNBB/Dimensão Bíblico-catequética e bispo de Itaguaí; D. Geraldo Lyrio Rocha, CNBB/Dimensão Litúrgica e bispo de Colatina; D. José Ivo Lorscheiter, CNBB/Dimensão Ecumênica e de Diálogo Inter-Religioso e Setor Comunicação e bispo de Santa Maria (D. Ivo foi substituído, durante o Sínodo, por motivos de saúde, pelo suplente D. Irineu Danelon, bispo de Lins, também ele membro da CEP, CNBB/Setores Ensino Religioso, Educação); D. Luiz Demétrio Valentini, CNBB/Setor Pastoral Social e bispo de Jales; (delegados da CNBB junto ao CELAM) D. Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana; D. Celso Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo; e os seguintes arcebispos e bispos: D. Pedro Antônio Marchetti Fedalto, arcebispo de Curitiba; D. Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte; D. Fernando Antônio Figueiredo, O.F.M., bispo de Santo Amaro.

³² Outros detalhes neste sentido, cf. *Synodus Episcoporum*, *op. cit.*, Boletim 4 (17.11.1997). Entre os bispos nomeados pelo Papa, havia dois do Brasil: D. Vítório Pavanello, arcebispo de Campo Grande e D. Piérre Mouallem, bispo dos Greco-Melquitas, em São Paulo.

³³ BEOZZO, J. O., "Actores del Sínodo", *Christus* 63 (1998 — n° 704) 22-25.

como República Dominicana e Uruguai tem, cada um, quatro representantes-bispos, para uma população católica inferior a 4 milhões de habitantes; enquanto que o Brasil tem 21 representantes para uma população católica em torno de 120 milhões, sem falar da extensão territorial. Nesses termos, a representatividade brasileira estaria sendo pelo menos cinco vezes menor.

Sobre o direito a voz e voto na Assembléia, pode-se observar que "em se tratando de uma assembléia de cunho nitidamente pastoral, voltada para os desafios que a Igreja deverá afrontar no alvorecer do Novo Milênio e para a busca dos melhores meios para a eles responder, seria normal que votassem todos os participantes, bispos e não-bispos, clérigos e não clérigos, homens e mulheres, leigos e leigas cujos votos, de todos os modos, eram apenas indicativos".³⁴

O clima de começo da Assembléia foi também mais proximamente tocado pela Instrução sobre a questão dos "ministérios dos leigos".³⁵ Assinada por oito diferentes Congregações e Conselhos Pontifícios da Cúria Romana, e promulgada na véspera da abertura da Assembléia, esta Instrução foi interpretada por muitos como um recado de autoridade da Cúria Romana. Parecia frustrada a expectativa de que a Cúria pudesse ouvir as experiências das Igrejas, ao mesmo tempo em que pareciam mais estreitos os espaços de manifestação, de criatividade e responsabilidade das Igrejas, sendo estes tão freqüentemente os antecipados por pronunciamentos semelhantes.

Esta tensão em torno da liberdade de expressão e de maior autonomia para a Assembléia sinodal foi sentida e manifestada pelos bispos japoneses na preparação do Sínodo para a Ásia (1998).³⁶ Depois de se queixarem da pobreza do documento preparatório, mostraram desejo de que o Sínodo seja "ocasião para se animarem mutuamente os asiáticos, mais do que para prestar contas de seus resultados a Roma". Pedem que sua organização esteja mais centrada na colegialidade que na centralização; que se reconheça, a pleno direito, a autonomia das Igrejas locais. E observam que "as decisões sobre a direção do Sínodo, as nomeações de moderadores para comissões e grupos etc. não deveriam estar nas mãos de um secretário romano, mas de bispos asiáticos". Já em 1990, D. Aloísio Lorscheider declarou em entrevista que, em seus contatos com diferentes episcopados das Américas, havia verificado que "a maioria quer um Sínodo deliberativo".³⁷

³⁴ BEOZZO, J. O., *op. cit.*, p. 24.

³⁵ Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes (15/8/1997). São Paulo, Paulinas, 1997.

³⁶ Official response of the Japanese Church to the Lineamenta — Catholic Bishop's Conference of Japan (23.07.1997). Cf. também CLAVEL, J. M., "Los Obispos Japoneses ante el Sínodo para Ásia", *Christus* 63 (1998 — nº 704) 47-49.

³⁷ Entrevista a Alberto Bobbio, in *Famiglia Cristiana* 42 (1990) 50.

7. Trabalhos da Assembléia

A Assembléia do Sínodo tem uma metodologia estatuída. Em grandes linhas podemos reunir seus trabalhos em torno de três momentos principais:

a) Abertura e intervenções em plenário – Os procedimentos de abertura, com realce naturalmente para as palavras do Papa e para a síntese do relator geral do Sínodo Card. Juan Sandoval Iñiguez, Arcebispo de Guadalajara, considerando as contribuições vindas das 24 Conferências Episcopais para o Sínodo (*Relatio ante disceptationem*). Em seguida, durante cerca de dez dias, os participantes iniciam suas **intervenções em plenário**, com inscrições prévias para cada um falar uma única vez, tendo, teoricamente, 8 minutos para expor seu pensamento e depois (mesmo sem ter proferido em plenário) entregar para a secretaria o texto de sua intervenção. Neste momento, não há preocupação em dar uma seqüência aos assuntos. Para esta fase, os Bispos de uma Conferência, geralmente distribuíram entre si os diversos temas para evitar repetições, como também o fizeram nossos bispos brasileiros.

b) Trabalho em grupos menores – No dia 28 de novembro, encerrava-se a fase anterior e se abria uma nova, com uma segunda relação do relator geral (*Relatio post disceptationem*), em que este busca recolher as grandes linhas das intervenções e encaminhava a formação e os trabalhos de doze **grupos menores**. Foi geral a opinião de que esta segunda relação não resumia nem espelhava a riqueza e a diversidade das intervenções em plenário. Os grupos que se constituíram, trabalharam primeiramente (de 28/11 a 2/12) sobre a segunda relação, oferecendo um relato de seus realces. E, em seguida (de 3 a 5/12), elaboraram as primeiras proposições a serem depois sintetizadas, votadas e encaminhadas ao Papa.

c) Votação das proposições do Sínodo e mensagem final – As propostas apresentadas pelos *grupos menores* foram sintetizadas e condensadas, suprimindo-se também as repetições temáticas. Uma comissão de peritos fez esse trabalho e redigiu as proposições em latim. Enquanto isto, o plenário apreciou o primeiro esquema da Mensagem Final do Sínodo, fazendo emendas e propostas ao esboço redigido por uma comissão. No dia 9/12, foi apresentada a síntese das propostas (em latim) ao plenário, abrindo-se a possibilidade de se enviar diretamente à comissão de redação a sugestão de “modos” corretivos ou substitutivos. Dois dias depois, se votaram as propostas através de apenas duas alternativas: *placet* ou *non placet*, de onde resultaram as **Proposições do Sínodo** para o Papa. Aprovada também a Mensagem Final, seguem os procedimentos de encerramento da Assembléia.

Esta metodologia e trajetória da Assembléia nos parece fundamental para uma compreensão crítica do Sínodo. Fica bastante claro, neste modo de proceder, que tudo se direciona para a coleta de proposições a serem encaminhadas ao Papa. A metodologia não está destinada, especificamente, para a discussão das questões. Consequentemente, ela torna mais importante o enunciado das temáticas e problemas do que suas análises e argumentações. Estas são consideradas de forma bastante implícita e global. Isto permitiu uma grande riqueza de manifestações dos sinodais sobre os muitos temas da vida eclesial e social nas Américas. Mas não foi levado adiante como diálogo. E o próprio discernimento sobre as propostas se fundamenta em razões não explicitadas. O espaço que ainda restou para isto foram os *grupos menores*, mas além de não haver possibilidade de interação com outros grupos além dos relatórios, a preocupação convergia para coligir as percepções gerais sobre as intervenções feitas e, numa segunda etapa, selecionar propostas. Há que se perceber, em seguida, que a metodologia dá autonomia de manifestação aos sinodais, mas garante às instâncias de secretaria e coordenação um forte controle sobre a qualidade final das proposições. Note-se a força dada à comissão (nomeada) para síntese e redação das propostas.

A liberdade de manifestação no Sínodo, dentro destes limites, foi uma agradável experiência para os sinodais. O clima inicial das intervenções era pesado e parecia vigiado. Vários bispos se mostravam desestimulados e, em conversas informais, reclamavam que havia vários assuntos implicitamente proibidos e sobre os quais não podiam se manifestar. Particularmente se sentiam nesta posição os que vinham preparados para intervir na questão de "ministérios leigos". Alguns bispos, também informalmente, se mostraram desapontados com os bispos brasileiros, dos quais esperavam intervenções mais corajosas. Mas depois deste começo, instaurou-se um clima de manifestações com mais liberdade e que abria aos sinodais a experiência de amizade, cordialidade e melhor percepção do cotidiano da vida eclesial em suas bases. Esta experiência será apontada, no final, como um dos grandes frutos do Sínodo.

Entretanto, a liberdade de manifestação, levava efetivamente ao registro do tema no Sínodo, mas não garantia o tipo do enfoque ou tratamento que se propunha dar ao tema. Como fizemos notar acima, a metodologia não ajudava a explicitar as argumentações e, portanto, a trabalhar sobre as divergências. Talvez isto tenha sido um fator decisivo para se dar ao sinodais uma liberdade mais ampla para proporem o que lhes parecesse, pois isto se faria sem risco de se acirrar um debate. Então, os frutos desta liberdade de manifestação acabam tendo pouco efeito como diálogo temático. Isto se percebe mais claramente se dermos um exemplo concreto da gênese de uma proposição final.

8. Gênese de uma proposição sinodal: à guisa de exemplo

Podemos acompanhar aqui alguns passos da redação de uma proposta concreta, para se perceber algo das trajetórias de redações. Entre tantas outras, tomemos a proposta que versa sobre os "Afrodescendentes", comparando a proposta finalmente aprovada, com uma das redações levada aos *grupos menores*.

a) Proposta inicial:

"AFRO-DESCENDENTES – COMUNHÃO E SOLIDARIEDADE"

"A presença dos afro-descendentes nas Américas é muito forte. Em alguns países, corresponde à metade e, muitas vezes, à totalidade de suas populações. De muitas maneiras, a presença de afro-descendentes está difundida em todo o Continente. É preciso destacar a riqueza da colaboração cultural dos povos negros na América, com seu modo de ser, seus profundos sentimentos religiosos, suas atitudes de tenacidade, afetividade, de respeito aos antepassados e de valorização da família (João Paulo II).

Entretanto, sobre os afro-descendentes, em nossos contextos, pesam ainda injustiças e sofrimentos que clamam aos céus. Como esquecer as vidas humanas destruídas pela escravidão? – perguntou-se o Papa João Paulo II. E, a partir desta experiência desumana de escravidão, perderam ainda a discriminação, à qual se somam os mecanismos de exclusão que os colocam, no tecido social, de alguma forma, como 'os mais pobres entre os pobres' (Puebla 34). Com isto, a Igreja é confrontada com o desafio de esclarecer, reconhecer e buscar a superação de todas estas injustiças, por meio de relações de reciprocidade nas diferenças, pela comunhão e por gestos de solidariedade.

- Propomos que a Igreja apoie, e empreenda por si mesma, iniciativas contra o racismo, a discriminação e a exclusão dos afro-descendentes na sociedade, propondo, com posições claras, a defesa de seus direitos de cidadania e sua participação plena na vida democrática.
- Que se peça perdão aos afro-descendentes por todas as injustiças históricas, nas quais a Igreja participou; e – quiçá mais importante que um simples pedido de perdão – que seja claro o compromisso da Igreja na busca de justiça, comunhão e solidariedade em relação a eles.
- Que a Igreja colabore para a formação da consciência ética, social e comunitária, em relação aos mecanismos de discriminação e exclusão dos afro-descendentes.

- Que a Igreja examine as condições reais da participação efetiva dos afro-descendentes na vida eclesial e nos seus ministérios, buscando superar possíveis formas de discriminação e exclusão nestes âmbitos”.

b) Proposição final aprovada:³⁸

“Americanos de Origem Africana”

A — Os americanos de origem africana que estão espalhados por todo o Continente, merecem uma atenção particular, tendo em conta o estado de exclusão em que tem vivido, depois que seus antepassados foram violentamente tirados em cativeiro da África. Sua presença na América, com seu trabalho muitas vezes duro e repleto de sacrifícios, contribuiu para o desenvolvimento do Continente. Aos americanos de origem africana devem ser reconhecidos todos os seus direitos, assim como sua identidade cultural e sua dignidade de filhos de Deus e nossos irmãos.

A Igreja vê, com alegria, o fato de que muitos deles sejam católicos. Ela própria se esforça para que isto aconteça e, na sua missão de evangelização inculturada, reconhece ter o dever de aproximar-se destes americanos a partir de sua cultura, considerando seriamente as riquezas espirituais e humanas da cultura que contradistingue seu modo de celebrar o culto, seu senso de alegria e solidariedade, sua língua e suas tradições.

A particularidade da experiência dos americanos de origem africana deve evocar à nossa memória o mal histórico da escravidão, os efeitos negativos em muitos âmbitos de nossa sociedade, além dos efeitos difundidos da discriminação étnica (*‘divisões étnicas’*). Deve-se prestar atenção aos vários documentos históricos do magistério papal (de Eugênio IV a João Paulo II) que condenam a escravidão.

B — Por outro lado, os preconceitos étnicos permanecem como o maior obstáculo para o encontro com Cristo. O apelo para a nova evangelização dirigido a todos os fiéis entre todos os povos, recorda que cada pessoa é criada por Deus e é feita à sua imagem. A oração e os programas dirigidos a promover a compreensão, a solidariedade e a cooperação entre os diferentes povos, assim como a correção fraterna, podem estabelecer as pontes do amor de Cristo, da paz e da justiça entre todos os povos”.

³⁸ A/B — *Placet*: 203/203; *non placet*: 8/6; *branco*: 5/7. O texto das proposições era inicialmente sigiloso, mas foi depois publicado por ADISTA. *Documenti, rassegna, dossier su mondo cattolico e realtà religiose*. Suppl. a 5488 (Roma, 10/01/1998). A tradução para o português é nossa.

9. Sobre os temas levantados pelo Sínodo

Uma pergunta inevitável, em qualquer análise sobre o Sínodo, versa sobre os temas e problemas ali considerados. Sobre isto, podemos concordar, de modo geral, que o roteiro de referência para os trabalhos da Assembléia acabou se prestando para dar uma organização "material" aos diversos assuntos que se propunham. Inicialmente houve inquietação e desagrado, por parte de alguns, pelo fato de se abandonar o método de "ver-julgar-agir". Mas isto não impediu que aparecessem os temas ligados à realidade.

Os temas do Sínodo, que aparecem sob a forma de propostas, estão reunidos em quatro capítulos, seguindo a formulação do tema geral da Assembléia. Cada capítulo tem implicitamente primeiro um grupo inicial de propostas trazendo marcos referenciais teológico-sistemáticos; e, em seguida, os correspondentes desafios pastorais, ligados às pessoas e situações. Embora tal divisão não seja tão clara e, às vezes, estejam ambos os aspectos embutidos na mesma proposição, este pode ser um recurso para ver o seguinte quadro simplificado das propostas e ter uma visão global dos seus temas:

I — Encontro com Jesus Cristo Vivo: Encontro com Jesus; lugares desse encontro; Maria, estrela da evangelização; N. Sra. de Guadalupe; história da evangelização; Jesus Cristo evangelizador; Jesus, resposta aos homens e mulheres; a catequese; a mulher na Igreja e na Sociedade; a família e a vida; promoção da vida na cultura; jovens; crianças; classes dirigentes; Evangelho e Cultura; culturas indígenas; afroamericanos; imigrantes; piedade popular; educação; universidades e escolas católicas; meios de comunicação social.

II — Caminho de Conversão: Encontro e conversão; contemplação na vida da Igreja; espiritualidade e nova evangelização; vocação à santidade; martírio; conservar a memória dos santos; palavra de Deus na vida da Igreja; penitência e reconciliação; dimensões sociais da conversão; urbanização; ecologia; corrupção; narcotráfico e narcodependência.

III — Caminho de Comunhão: A comunhão eclesial, sinal e testemunho de unidade entre os povos; comunhão trinitária e vida da Igreja; sacramentos da iniciação cristã; eucaristia; bispo, agente da comunhão; comunhão episcopal; diocese; paróquia; pequenas comunidades eclesiais; ministros ordenados; sacerdote na diocese; diáconos; vocações e formação presbiteral; formação nos seminários; vida consagrada; leigos na comunhão eclesial; leigos no mundo; ministérios conferidos a leigos; renovação das estruturas pastorais; estilo jubilar da ação pastoral; movimentos eclesiais; Igrejas católicas de rito oriental; ecumenismo; relações com judeus; outras religiões não cristãs;

liberdade religiosa e proselitismo; resposta pastoral ao proselitismo de grupos religiosos; vocação missionária da Igreja.

IV — Caminho para a Solidariedade: a solidariedade; formação da consciência; doutrina social da Igreja; questões sociais na América; para superar os problemas sócio-econômicos;³⁹ direitos humanos; opção preferencial pelos pobres; globalização econômica; dívida externa; corrida armamentista e cultura de morte.

As propostas levantadas e apresentadas pelo Sínodo ao Papa, são completadas por uma "Mensagem" final da Assembléia, tornada pública em seu encerramento. Esta mensagem assume um tom de proclamação da fé cristã e do sentido comunitário desta fé, no Continente americano; e, em seguida, como que inspirada pela introdução da *Gaudium et Spes*, saúda as alegrias e anota as preocupações da Igreja na América; realça alguns desafios principais à evangelização e renova a grande afirmação da esperança da comunidade em Jesus. Assim, a Mensagem sintetiza, em um gênero literário próprio, os temas tratados durante o Sínodo. A formulação nos parece feliz e espelha as grandes linhas tomadas pela Assembléia.

A leitura qualitativa das propostas e da Mensagem é naturalmente algo mais complexo, o que, de saída não nos propusemos fazer. Cabem apenas algumas observações gerais. É previsível que, entre tantas propostas, houvesse uma variação de relevância entre elas.⁴⁰ Mas o conjunto dos temas e propostas é volumoso e capaz de tocar muitas questões candentes. Fica evidente, como aliás desde os textos preparatórios, a preocupação por uma fundamentação espiritual, centrada em Jesus Cristo, buscando colocar todas as contribuições da Assembléia em explícita visão de fé. E também, considerando tratar-se de um grupo grande e heterogêneo, pode-se dizer corajoso o conjunto de propostas em torno às questões e desafios sócio-culturais para a ação evangelizadora da Igreja. Entretanto, mais dificuldade tem a Assembléia para colocar as questões que dizem respeito ao interno da Igreja. São tratadas, de modo geral, as instâncias e serviços eclesiais, mas de uma forma propositiva, sem lugar para os desafios e problemas que as envolvem.

Neste sentido, parece importante lembrar que o conjunto das propostas carrega muitas divergências teóricas, tanto de cunho

³⁹ Esta proposta teve o maior índice de rejeição (21 *non placet*; mas aprovada por 186 *placet*).

⁴⁰ Na proposta 12, sobre a família se propõe: "Pedimos ao Sumo Pontífice que considere a conveniência de redigir uma breve oração pelas famílias na América, que as possa estimular a se oferecerem diariamente. Oração talvez a ser rezada antes das principais refeições da família, pedindo em suas próprias intenções, pelas necessidades da Igreja na América, pelo Vigário de Cristo e pela Igreja universal".

doutrinário teológico, como de referencial para análise dos desafios da realidade. Estas divergências não transparecem, pois a formulação das propostas resulta de um consenso mínimo somado a um "arredondamento" feito pela comissão de redação. Isto ficou mais claro durante as intervenções em plenário e discussões nos *grupos menores*. De modo informal alguns sinodais reclamaram "não agüentar mais ouvir falar no encontro com Jesus Cristo vivo", por ter se tornado um repetido refrão teórico, desencarnado e distante da realidade. Outros enfatizavam a necessidade de medir bem os termos de sua proposta, para fazer passar ao menos o tema, nos grupos. Isto leva a relativizar uma interpretação das propostas aprovadas como se fossem um consenso dos participantes sobre cada um dos seus conteúdos.

Em meio à riqueza temática apontada pode-se colocar aquela pergunta de praxe: houve problemas ou temas relevantes que faltaram? Embora tenhamos mais adiante uma observação crítica ao próprio acúmulo de temas e problemas, pode-se, entretanto, apontar alguns temas que não conseguiram entrada no Sínodo. Entre estes estariam as relações entre Magistério e Teólogos/as, incluindo ao menos uma palavra sobre a Teologia da Libertação;⁴¹ a questão da ordenação de homens casados ("viri probati"); uma revisão da questão pastoral dos divorciados; a relação entre as Igrejas locais e a Cúria Romana; o exercício do serviço petrino; a distribuição de poder na Igreja. Como se percebe, são todos temas que dizem respeito à organização interna da Igreja e que, de um modo ou de outro, estão conectados com o momento sócio-cultural em que vivemos. Um pequeno exemplo disto foi a intervenção da Ir. Mary Waskowiak R.S.M, presidente da *Leadership Conference of Religious Women* (USA).⁴² Como auditora, propôs que se estudasse na Igreja a separação do poder de decisão do poder sagrado, conferido pelos ministérios ordenados. Isto abriria, segundo ela, espaço para verdadeira participação das mulheres na Igreja. São questões inegavelmente estruturais que, certamente, vão exigir atenção mais, de uma vez, nesses próximos tempos.

10. Executoriedade do Sínodo

O termo *executoriedade* não é muito usual na linguagem teológica e eclesial. Ele aparece mais em áreas administrativas e empresariais,

⁴¹ Cf. a intervenção — não aceita como proposta — de Dom Luis Alberto Luna Tobar, Arcebispo de Cuenca, Equador, em "Evangelización y teología de la liberación en América", *Christus* 63 (1998 — n° 704) 27-29.

⁴² Esta Conferência agrupa mais de noventa mil religiosas. TORRES, S. — OLIVEROS, R., "El Sínodo para América: un informe", *Christus* 63 (1998 — n° 704) 21.

mas pode ser útil neste momento. Esse termo visa provocar a correção dos vícios que impedem a passagem das reflexões e ponderações às práticas efetivas. Traz a pergunta sobre o empreender a realização dos sonhos. Assim, traz aqui a pergunta pragmática sobre a incidência do Sínodo na vida concreta da Igreja no Continente americano, sobre seus resultados práticos e efetivos para a vida eclesial.

Se começarmos olhando um pouco a própria reação dos padres sinodais, vamos encontrar atitudes de otimismo e entusiasmo bastante grandes. São significativas as palavras do Card. Roger M. Mahony, Arcebispo de Los Angeles (EE.UU.), um dos presidentes do Sínodo, em um discurso final dirigindo-se ao Papa em nome dos sinodais: "Santo Padre, podemos garantir que, graças a Seu convite para participar nesta Assembléia especial, a Igreja em todo o Continente americano terá uma vitalidade espiritual mais profunda, uma nova unidade eclesial e uma renovada harmonia pastoral, que oferece uma tão grande promessa para a Nova Evangelização à qual V. Santidade, em nome do Senhor Jesus, nos convocou". E em seguida enfatiza a experiência proporcionada pelo Sínodo de poderem se ouvir mutuamente, provocando "um novo sentimento de colegialidade e de colaboração". Realça, neste mesmo discurso, as relações de amizade e laços espirituais que o leva a incluir, diariamente, em sua oração Igrejas locais cujos nomes "nunca tinha ouvido mencionar antes desta Assembléia".⁴³ Dando um desconto ao empolgação momentânea que leva a discursos semelhantes, esta experiência afetiva é também anotada por outros padres sinodais. Entretanto, embora gratificante, este aspecto é muito circunscrito e limitado. Além de se referir mais diretamente a um círculo menor de companheiros de trabalho, e não à totalidade da Assembléia, como transmitir tal experiência aos mais de 1.625 bispos no Continente americano, que não estiveram no Sínodo? A força efetiva do Sínodo deve, obviamente, ser pesquisada em outra linha.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer que esta Assembléia está colocada no contexto dos *Sínodos continentais*, na preparação do Jubileu do Novo Milênio e na busca da *nova evangelização*. Existe, em tal conjuntura, uma boa dose de celebração, em que a exatidão dos detalhes pode não ser tão importante. Um de seus efeitos mais práticos foi o de alimentar o imaginário eclesial com bases fundamentais comuns: a fé em Jesus Cristo que dá a coesão (comunhão, colegialidade) diante dos novos tempos marcados pelo pluralismo; e dá força ao testemunho cristão (solidariedade) no mundo, diante das

⁴³ "Un nuovo senso di collegialità e di collaborazione", *L'Osservatore Romano*, (ed. italiana), 13/12/1997, p. 5.

injustiças e desigualdades.⁴⁴ Em tempos de globalização, não simplesmente econômica mas sobretudo cultural, fica plantado, pelos Sínodos continentais, o chamado de atenção para a identidade cristã e para tudo o que possa garanti-la em meio às aproximações e diferenças no mesmo Continente. Embora a mídia, na Europa e nas Américas, tenha se mostrado pouco interessada em noticiar sobre o Sínodo, não se pode menosprezar a força de convocação para as Igrejas no Continente, daqui em diante, pensarem em seus desafios cristãos também em uma dimensão continental. Neste sentido, os Sínodos estão cumprindo uma função.

Em segundo lugar, coloca-se a força de fermentação dos temas e encaminhamentos sugeridos pelo Sínodo. Enquanto se entende que a Assembléia se destinava a elaborar sugestões e propostas a serem oferecidas ao Papa, o Sínodo já realizou, com sucesso, seus objetivos. E para alguns ainda trouxe a surpresa de o ter conseguido sem grandes conflitos. O resto dependeria do aproveitamento que o Papa fará de tais sugestões em sua Exortação Apostólica. Em uma visão menos otimista, a efetividade do Sínodo terminaria ali, circunscrita às iniciativas da centralização. Mas uma expectativa mais otimista diria que, no mínimo, estão plantadas sementes que vão germinando e crescendo no tempo propício. Há pressa em vê-las crescer logo e dar frutos, ainda mais que a velocidade da vida hoje não espera. Torcem então os otimistas para não chegarmos atrasados. Especialmente no que diz respeito à revisão da Igreja em suas próprias estruturas internas.

Em terceiro lugar, a efetividade do Sínodo passa por instâncias que possam levar adiante pelo menos alguns de seus bons desejos. É verdade que, no atual sistema, tudo isto depende de o Papa dar corpo às iniciativas ou propostas. Mas é interessante anotar aqui, como no próprio Sínodo estas questões apareceram. Inicialmente se colocou o problema sobre o real interesse em incentivar (e, portanto, valorizar as já existentes) instâncias que realizam a colegialidade no Continente. Especificamente se mencionaram as Conferências Episcopais e o CELAM. Depois, durante os trabalhos da Assembléia, surgiu a proposta de se criar uma comissão interamericana para levar adiante as iniciativas de colegialidade no Continente. Mas a proposta foi vista inicialmente com desconfiança por vários padres sinodais, como se esta fosse uma manobra de esvaziamento do CELAM. Esta discussão foi mais longe, nas adjacências da Assembléia, trazendo à baila o monitoramento romano

⁴⁴ D. Demétrio Valentini, Bispo de Jales-SP, afirmou: "Os bispos se deram conta de estar num Continente que se caracteriza por ser *cristão*, mas que está ameaçado de perder esta identidade; *pluri-étnico*, por isto, é imprescindível o respeito e o reconhecimento das diferentes etnias; que conta em seus países com os avanços mais significativos do progresso e da modernidade; mas onde, ao mesmo tempo, se agrava o *empobrecimento* crescente de grandes massas. Por isto, um continente onde emerge com evidência o desafio da *solidariedade*".

da CAL (Comissão para a América Latina) sobre o CELAM; e, ao mesmo tempo, as restrições à participação da CNBB no próprio CELAM, nestes últimos vinte anos. Foi um momento interessante para se perceber que a realização das aspirações pela colegialidade exige passos concretos e vontade política dentro da Igreja.

A proposta concreta terminou fazendo uma composição: "Existem já muitas formas de diálogo. A comunhão entre os diversos organismos deve crescer. Para prosseguir neste esforço, recomendamos: a) intensificar as reuniões interamericanas dos Bispos, atualmente já animada pela Conferências Episcopais do Canadá, dos Estados Unidos e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), como expressões de efetiva solidariedade e lugar de encontro e de estudo das urgências comuns para a evangelização dos povos da América; b) criar comissões específicas para estudar os problemas comuns que afetam toda a América. Os campos, nos quais principalmente temos necessidade de um incentivo à colaboração, são as comunicações pastorais recíprocas, a cooperação missionária, a educação, as migrações, o ecumenismo; c) solicitamos aos católicos que assumam a responsabilidade de desenvolver vínculos de comunhão com as Igrejas locais em outras partes da América, através da educação, intercomunicação, estabelecimento de paróquias e dioceses-irmãs, planos de cooperação e patrocínio conjunto nos temas de maior importância, sobretudo naqueles que dizem respeito aos pobres".⁴⁵

Talvez a esse ponto fosse necessário ficar mais explícito que a executoriedade dos objetivos gerais do Sínodo, mais do que pela "responsabilidade de católicos" individualmente, passa por instâncias e por organizações, que, além disso, não se alinham necessariamente à estruturação de paróquias e dioceses. Logicamente se está dizendo com isto que é necessário favorecer o clima de participação para além das relações dos Bispos entre si, com o Papa.

Concluindo

O Sínodo atingiu bem os seus objetivos? Isto depende de saber sobre quais objetivos se fala. Traz implícita igualmente a pergunta sobre a adequação da metodologia empregada e sob quais condições ele se realiza. A começar pelas condições iniciais de realização, a "pouca participação das bases na preparação", e o começo dos trabalhos da Assembléia "sem grandes expectativas" por parte dos padres sinodais⁴⁶ foram sintomas de que o Sínodo teve um fator adverso: falta de clima para participação e envolvimento. O encontro com motivações e expec-

⁴⁵ Proposição 44 (cf. "Propositiones", *ADISTA*, n° 5488, 10/01/1998, p.10).

⁴⁶ Expressões de D. Demétrio Valentini, Bispo de Jales-SP

tativas durante os trabalhos da Assembléia mostra como há razões abundantes para se fazer o Sínodo. Mas esta experiência dos padres sinodais não é por si suficiente para estabelecer o "clima de Sínodo" no Continente. Isto requer, entre outras, maior possibilidade de participação das diversas instâncias do diálogo no Continente, com maior liberdade e autonomia. O próprio desejo de que o Sínodo fosse deliberativo e não apenas consultivo cairia no vazio, sem este contexto mais participativo e autônomo das "Igrejas continentais".

Diante do objetivo de colher propostas e sugestões para o Papa, o Sínodo adotou uma metodologia de modo geral eficiente, tanto na preparação como nos próprios trabalhos da Assembléia. Mas deve-se observar que esta metodologia privilegia um levantamento amplo de temas e sugestões, e ajuda menos a discutir e escolher propostas na linha de prioridades. Assim, ousaria dizer que o levantamento de temas na Assembléia – todos muito importantes, somados com alguns outros também importantes que faltaram – tal levantamento seria ainda uma fase do Sínodo. A outra fase consistiria em identificar melhor os problemas e desafios explícitos ou subjacentes aos temas e propostas; discutir e escolher caminhos (estratégias e prioridades) para a canalização de tantos recursos (a vitalidade das comunidades cristãs) e para o enfrentamento de tantos desafios. A metodologia de trabalho, nesta segunda hipótese, exigiria naturalmente outro tipo de encaminhamento de trabalhos, com maior participação de peritos.

Em poucas palavras diríamos que estamos ainda vivendo momentos cruciais do Sínodo. Estamos diante da necessidade de fortalecer as condições de confiabilidade, de espiritualidade e de participação, que os padres sinodais experimentaram; e, em seguida, vem o desafio de discernir e empreender caminhos conjuntos.

Márcio Fabri dos Anjos CSsR – Doutor em Teologia pelo Alfonsianum (Roma), presidente da SOTER – Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, professor de ética teológica, em São Paulo. Publicou: *Teologia Aberta ao Futuro* (org.). São Paulo, Loyola, 1997; *Experiência Religiosa – Risco ou Aventura?* (org.). São Paulo, Paulinas, 1998; "O efeito clonagem. Uma leitura teológica", *Perspectiva Teológica* 29 (1997) 189-204; "Poder, ética e os pobres na pesquisa em genética humana", *Concilium* (1998/2 – abril). Esteve em Roma durante o Sínodo para a América.

Endereço: Rua Oliveira Alves, 164 – 04210-060 São Paulo – SP
e-mail: mfabri@hydra.com.br